

**ENTREVISTA COM O PROF. DR. ROBERTO LOBATO CORRÊA - UFRJ
FLORIANÓPOLIS, SC
16 de abril de 2005.**

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Professor, como começou o seu envolvimento e seu gosto pela Geografia?

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Penso que algumas pessoas nascem com uma sensibilidade maior pela Geografia do que outras. Creio ser esse o meu caso. Lembro que quando tinha 8-10 anos de idade, debruçava-me sobre os Atlas e ficava vendo os mapas com países, rios, cidades e montanhas. Com essa idade sabia localizar os então 48 Estados norte-americanos, os rios da Alemanha e as capitais européias. Cheguei mesmo a inventar um país que tinha área, rios, montanhas e uma distribuição de sua produção. Chamava-se Gotávia. De onde vem esse nome? Inspirado nas histórias em quadrinhos do Batman, sucesso da época, cuja cidade chamava-se Gotham City. Gostava de aprender sobre o mundo, sobre as diferenças espaciais. Por isso, em um primeiro momento quis ser oficial da marinha, porque acreditava poder conhecer o mundo. Felizmente fui reprovado no exame de saúde. Decidi então, mal tendo completado 18 anos, cursar Geografia. Em 1958 ingressei na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, atual UFRJ. Em 1959 ingressei como estagiário no IBGE, onde permaneci até 1993. Ali e na Faculdade cultivei o gosto pela Geografia, elaborando tabelas, gráficos, mapas, comentários de fotografias e cada vez mais coisas. Hoje, com 45 anos de profissão, ainda estou envolvido com a Geografia. É uma paixão permanente e amadurecida. A Geografia faz parte da minha vida.

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – A sua formação de geógrafo atravessou diferentes momentos da Geografia. Partiu em momento em que a Geografia era influenciada pela Escola Francesa,

passando pela Geografia Quantitativa, posteriormente pela Geografia Crítica, na qual você dialogou com Milton Santos. Mais tarde suas formulações e reflexões buscam a perspectiva da Geografia Cultural. O que os diferentes momentos vividos representam na sua forma de apreender o mundo?

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Esta é uma questão importante. Sinto-me privilegiado em relação a isto. Uma coisa é a realidade e outra são as interpretações que podemos fazer dela. A Geografia, e todas as outras ciências que focalizam o homem, tem se caracterizado por um movimento interno muito forte, no qual apareceram várias correntes. Todas as ciências sociais tiveram que se redirecionar: morreriam se permanecessem congeladas, sem contradições, sem embates, incapazes de formularem questões diferentes a respeito do mundo real. É parte do movimento da ciência e de cada sub-campo particular ter esse movimento de transformação.

Por maiores que sejam as diferenças entre uma Geografia neopositivista de uma Geografia Crítica, ambas, assim como outras, todas fornecem um certo conhecimento sobre a realidade. Este conhecimento pode ser criticado e refeito a partir de resultados iniciais. Não vejo porque um conhecimento oriundo de uma dada matriz epistemológica possa ser avaliado como exclusivamente bom ou exclusivamente ruim. Não concordo com aqueles que admitem que nada oriundo do positivismo preste ou, ao contrário, admitem que nada presta se estiver calcado no materialismo histórico e dialético. Existe um processo dialético de conhecimento no qual há um embate entre resultados originados de matrizes distintas, e que desse embate surge um novo conhecimento. Não há uma única direção, mas várias que se entrecruzam, beneficiando-se mutuamente uma da outra, ainda que haja uma direção principal, que cada um escolherá.

É nesse sentido que me sinto privilegiado porque conheci e participei de diversos momentos da Geografia brasileira. Formei-me no âmbito da Escola Francesa de Geografia e achava que essa

era a única versão da Geografia, tal a força dos mestres franceses que criaram a Geografia acadêmica brasileira. No IBGE, graças a uma política de formação de seus quadros, fui estudar em Strasbourg com Etienne Juillard (1964-1965) e em Chicago com Brian Berry (1973-1974). A década de 1970 marca o meu encontro com a Geografia Quantitativa e com a Geografia Crítica, esta última a partir de minha estadia em Chicago, onde fiz um curso, entre outros, sobre a História do Pensamento Geográfico e conheci a revista Antipode, uma revista radical de Geografia.

A Geografia Crítica me abriu novos horizontes e participei do movimento de renovação da Geografia brasileira que se iniciou em 1978, no Encontro da AGB em Fortaleza, um Encontro histórico, marcado pelo retorno de Milton Santos à AGB após 14 anos ausente. A Geografia Cultural tornou-se objeto de meu interesse explícito a partir do início dos anos 90. Em 1992 conheci Zeny Rosendahl, de quem fui professor e orientador informal em seu doutoramento. Trabalhamos juntos desde então. Pude ampliar o conhecimento a respeito do mundo por meio de uma outra matriz, complexa, marcada pela heterotopia, na qual cruzam-se de diversos modos, bases distintas: uma saueriana, outra derivada das filosofias dos significados e outra do marxismo. O NEPEC, as revistas Espaço e Cultura e a coleção de livros “Geografia Cultural”, em colaboração com Zeny Rosendahl, fundadora do NEPEC e editora-chefe do periódico, refletem esse interesse e vinculação à Geografia Cultural.

Em toda essa complexa e densa trajetória, o interesse pela Geografia Urbana tem sido constante.

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Continuando um pouco mais nessa linha, gostaríamos de saber quais os limites da abordagem da Geografia Cultural.

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Vamos falar primeiramente dos limites. Em princípio todas as correntes de um dado campo de conhecimento têm limites porque cada uma interroga a realidade

por meio de caminhos diferentes. Mas os limites, penso eu, derivam de uma visão externa a cada corrente. Para cada uma não há limites porque suas interrogações estão enquadradas dentro de uma perspectiva própria. Para um geógrafo vidaliano há respostas para seus questionamentos: ele se interessa pela paisagem, pelos gêneros de vida, pelas técnicas, pelo habitat rural, entre outros aspectos. O que estiver além não representa um limite para ele, mas sim para geógrafos vinculados a outras correntes. Assim, os limites são sempre relativos e não absolutos.

Vejamos os limites da Geografia Cultural. Limites segundo quais correntes? E de que Geografia Cultural estamos falando (a questão poderia ser redirecionada: de que Geografia Econômica ou Urbana estamos falando?)

A Geografia Cultural é uma heterotopia, isto é, apresenta vários caminhos a partir do próprio conceito de cultura e de seu papel na vida. Cultura, em nosso entendimento, é o conjunto de 'mapas de significados' que os diferentes grupos culturais (sociais) desenvolveram para dar sentido à vida. A cultura não é aquilo que o senso comum define, nem está apoiada em alguns temas considerados como próprios da cultura (música, religião e folclore, etc). Engloba todos os temas na perspectiva dos significados. Tem um sentido político. No entanto, a Geografia Cultural constitui-se um campo com diversos caminhos: um fortemente herdado da tradição saueriana, outro fortemente influenciado pela perspectiva fenomenológica, outro calcado na visão marxista, nas humanidades, etc.

Há limites em cada um desses caminhos? Ou queremos um campo de conhecimento que responda às nossas infinitas questões, que olhado de dentro e de fora não tenha limites? Não seria isto um sonho positivista? Para mim, não me preocupo com os limites, entendidos como uma visão externa, mas com o que eu posso aprender a respeito do mundo real. E creio que todo conhecimento é útil, criticamente útil.

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Com os novos problemas do mundo contemporâneo surgem novas formas de se pensar a realidade. O que significa hoje na teoria geográfica referenciar ao lugar, à região e à organização espacial?

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Os três conceitos têm em comum o fato de serem produtos de construções intelectuais calcadas na ação humana sobre a superfície terrestre, ainda que os dois primeiros termos sejam empregados como metáforas em inúmeros contextos.

O conceito de lugar é mais empregado na Geografia inglesa e americana, sendo, em parte, substituído pelo conceito de território entre muitos geógrafos franceses. O lugar pode ser visto como a expressão geográfica da singularidade, o resultado da ação combinada de processos universais, particulares e singulares, de determinações contingenciais. Não é único, mas singular. No lugar condensam-se processos em ação que são multi-escalares e caracterizados por distintas temporalidades. O conceito de lugar é hoje mais importante que no passado devido ter sido re-elaborado como conceito que estabelece limites ao processo de globalização sem, no entanto, negá-lo. Os processos globais ganham forma nos diferentes lugares. Um pequeno lugar, uma pequena cidade, por exemplo, que têm a sua economia baseada em uma especialização produtiva, resultado da ação de grupos locais ou de uma grande corporação multinacional, apresenta-se como singular no âmbito de uma ampla divisão territorial do trabalho, dela participando singularmente, por intermédio de sua especialização produtiva que alcança um mercado nacional ou mesmo global. Exemplos? A cidade de Oulu, no norte da Finlândia é uma sede da empresa Nokia, que produz telefones celulares para todo o mundo; Apucarana, no Paraná, produz bonés para todo o Brasil; outras se especializaram em confecções, móveis, cimento, aço, papel, bordados, etc. Mas a singularidade pode traduzir-se em outros aspectos.

O conceito de região, diferentemente do conceito de lugar, tem uma longa tradição na Geografia. Foi concebido como o conceito que daria identidade à Geografia face às outras ciências. É um conceito permanente, porém não é um conceito congelado. Ao contrário, tem sido submetido a inúmeras re-interpretações, o que denota a sua força. A região pode ser considerada do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico. Ontologicamente a região tem sido considerada como uma entidade concreta, real, ou como uma construção intelectual, neste caso podendo-se falar em regiões homogêneas e funcionais, por exemplo. Metodologicamente os caminhos são numerosos, podendo-se, entre outros apontar os inúmeros métodos desenvolvidos na tradição alemã e francesa de descrição e interpretação de regiões e os métodos quantitativos, de classificação espacial com base em inúmeras unidades de áreas e variáveis selecionadas segundo os propósitos do pesquisador. As proposições da Escola de Berkeley, válidas para países de colonização recente, como os Estados Unidos e o Brasil, estão apoiadas no processo de difusão espacial (difusão de povoamento), originando regiões culturais.

Do ponto de vista epistemológico, a região pode ser considerada uma particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (os processos globais) e o singular (os lugares). Processos de coesão, que agregam processos semelhantes no espaço, e processos de limitação espacial, que impõem limites à difusão de semelhanças, criam a possibilidade de se formarem regiões. A região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual. Ao mesmo tempo é vivida e compreendida de modo diferente pelos diversos grupos sociais.

A complexidade do conceito deriva, em parte, do fato de as diversas regiões existentes (ou concebidas) até 1960-1980, estarem passando por processos de mudanças que não são nem iguais nem atuam com a mesma intensidade. O que eu entendo por questão regional, em seu sentido amplo, sem especificação, é

exatamente esse processo complexo de desestruturação/reestruturação das antigas regiões. Isto permite falar em regiões residuais e regiões emergentes.

Isto nos leva a perguntar sobre as atuais regiões e sub-regiões brasileiras. Pode-se ainda falar em Sudeste? E em Centro-Oeste? Será que sub-regiões como a Zona da Mata mineira não são regiões residuais, ainda que parte integrante do imaginário social? Creio que há um enorme e renovável campo para pesquisar na área da Geografia Regional, este campo de conhecimento que nós, geógrafos, estamos abandonando?

A organização espacial, por sua vez, é um conceito recente na Geografia, estando praticamente ausente da literatura geográfica anterior a 1950. Aliás, como o conceito de espaço. Foi a Geografia Teórica e Quantitativa e a Geografia Crítica que introduziram, cada uma a seu modo, o conceito de espaço.

Há várias leituras do que vem a ser organização do espaço. Uma delas refere-se a ela como sendo o conjunto de fixos e fluxos, calcados pela ação humana, sobre a superfície terrestre. É possível assim, referir-se apenas à expressão 'organização espacial', sem nenhuma outra especificação. Ela é, por ser fruto da ação humana, simultaneamente social, política, econômica e histórica.

A organização espacial é muito complexa. As relações entre a natureza da sociedade e da sua dinâmica e os fixos e fluxos são complexas. Estrutura, processo, função e forma, como na década de 1980 referia-se Milton Santos, mantêm entre si relações dialéticas complexas. Mas a organização espacial está também impregnada de significados: processos, funções e formas estão impregnados de significados. A vivência e a representação da organização do espaço são variadas por se tratar de uma sociedade profundamente diferenciada.

Reflexo, meio e condição social, a organização espacial condensa temporalidades diversas, podendo-se falar em espaço poligenético. A organização espacial é também um campo de

lutas sociais, não como um palco ou cenário, mas como objeto, a ser conquistado e transformado.

A globalização, entendida como a fase superior da espacialidade capitalista, engendrada pelas grandes corporações de ação e poder global e viabilizada por instituições supranacionais, tem alterado, após a 2ª Guerra Mundial, a organização espacial, desestruturando-a e re-estruturando-a em graus distintos. O exemplo da expansão da soja nas áreas de cerrado é, a esse respeito, muito claro. Integração e fragmentação são dois contextos que se tornaram mais importantes com a globalização. A desigualdade espacial também, pois foi acentuada.

Quero insistir em um ponto sobre a organização espacial. Ela tem significados distintos segundo os diversos grupos sociais. Quem tem o direito de dizer qual é a melhor organização para uma dada sociedade espaço e temporalmente contextualizada? As grandes empresas e seus intelectuais orgânicos, os intelectuais da academia, as religiões, as classes sociais oprimidas? A resposta é de natureza política. Na prática, é objeto de debates e contrapontos. Creio ser uma arrogância dos planejadores – e de seus consultores – dizer qual é a melhor organização do espaço para um dado contexto.

Lugar, região, organização espacial, mas também paisagem e território são conceitos chaves da Geografia e devem estar no âmago de nossas preocupações, pois são eles que dão a identidade à Geografia, ainda que não lhes sejam exclusivos.

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Como você, que já veio várias vezes a Florianópolis, tem percebido as transformações no espaço urbano?

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Entre 1986 e 1996 vim a Florianópolis quase todos os anos, ministrando cursos e orientando algumas dissertações de mestrado. Tenho verificado um crescimento contínuo da cidade, resultado de uma política de investimentos públicos e privados visando criar uma metrópole catarinense. Volto agora em 2005 e vejo o prosseguimento desse

projeto, agora com a criação do enorme aterro do Saco dos Limões (baía Sul), que conecta o aeroporto, agora internacional, ao centro da cidade. Isto me faz pensar que a produção do espaço urbano é parte do processo de produção capitalista, inserindo-se na lógica da acumulação de capital. Mas com que recursos? De todo o Estado de Santa Catarina, cujos ganhos são em parte drenados pela capital, como ocorre em outras unidades da federação.

Mas eu não conheço bem a questão. Fica a sugestão para os geógrafos catarinenses: 'Florianópolis: A Construção da Metrópole Catarinense'. Este título poderia incitar a um geógrafo a pesquisar sobre o papel de Florianópolis na rede urbana catarinense.

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Gostaríamos de saber a sua opinião sobre o distanciamento que há entre a Geografia acadêmica e a Geografia escolar.

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Tenho dificuldade em responder a esta questão pelo fato de ter lecionado na escola secundária por apenas 2 anos, entre 1962 e 1964. Estou afastado dela há mais de 40 anos. A opção pela pesquisa configurou-se definitiva quando no segundo semestre de 1964 fui estudar em Strasbourg. A vinculação com o ensino superior teve início em 1971 e hoje, aposentado do IBGE, continuo vinculado ao ensino superior na UFRJ.

Sobre a questão que foi formulada penso que há efetivamente uma grande distância entre ambas. Médicos, engenheiros e advogados, que fizeram os cursos primário e secundário em excelentes escolas e são pessoas razoavelmente cultas, desconhecem a Geografia: têm idéias equivocadas sobre ela e exibem um certo desdém por essa disciplina. Quando muito, uma certa curiosidade passageira e, por vezes, um ar de agradável surpresa.

Não tenho respostas definitivas para isto. Penso, no entanto, que há um ponto que deva ser discutido. Trata-se do fato de que

há uma nítida diferença na formação do geógrafo e do professor de ensino médio. Trata-se da Geografia, de uma base comum, mas objetivando fins diferentes. Uma coisa é a formação do geógrafo, que irá estudar a fundo a organização espacial da natureza e da sociedade. Outra coisa é a formação do professor do ensino secundário, que deverá contribuir para a formação do cidadão em geral, seja ele médico, engenheiro, motorista, bancário, digitador, balconista ou dona-de-casa. A formação de ambos deve ser diferente, muito diferente. Até mesmo em unidades distintas, por exemplo, numa escola de Geografia, de um lado, e numa escola de formação de professores: nesse caso não seria inconveniente que a formação do professor de ensino secundário fosse em Geografia e História.

Nesta distinção não há hierarquia: uma não é superior à outra, mas apenas diferente. Nesta distinção o número de professores seria maior que o número de geógrafos formados, como, aliás, ocorre hoje quando se analisa o mercado de trabalho de nossos alunos.

Esta proposição não é nova, tendo sido adotada em vários países. Sei que este é um ponto polêmico e que a maior parte de meus colegas não aceitam esta proposição. Mas ela está aí para ser debatida.

Há ainda um outro ponto, mais espinhoso. Será que parte da questão em tela não decorre da própria fraqueza teórica da Geografia, se compararmos a outras ciências? Ou não será isto, e sim as dificuldades de se querer formar um geógrafo de qualidade e, ao mesmo tempo, um bom professor de ensino secundário?

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Gostaríamos de fazer uma provocação inspirada no professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, que afirma que na Geografia a natureza e a sociedade são indissociáveis; sendo assim, a questão ambiental não pode ser dissociada da questão social. Qual a importância que você dá ao estudo de questões ambientais na Geografia? Ou você

concorda com geógrafos que afirmam que questões ambientais são falsas questões para a Geografia?

ROBERTO LOBATO CORRÊA - Vamos por etapas. A sociedade e a natureza são indissociáveis na medida em que todo o processo produtivo está assentado na natureza. Mas a relação precisa ser contextualizada historicamente, porque o sentido que a natureza tem para o homem variou ao longo do tempo.

A indissociabilidade do ponto de vista da ciência geográfica está vinculada às correntes da Geografia que, de modo diferenciado, consideram as relações entre sociedade e natureza. Na perspectiva vidaliana ou saueriana a importância dessa relação é enorme. Na perspectiva da Geografia quantitativa pode essa relação ser totalmente irrelevante. Em realidade, a Geografia formula diversas questões à realidade. Onde? Quando? Por quê? O que significa? Quais são os agentes sociais? Que processos atuaram? Qual o padrão espacial? O que mudou? Que conflitos houve? Etc... As relações sociedade-natureza não estarão presentes com a mesma força em cada uma dessas questões que, aliás, podem estar vinculadas a mais de uma corrente geográfica. Assim, se há uma indissociabilidade entre sociedade e natureza, essa indissociabilidade pode estar ausente na pesquisa geográfica, dependendo das questões que formulamos e de sua base teórica maior.

Vejamos o que é uma falsa questão. No plano exclusivamente conceitual não há falsas questões. As questões que formulamos são dependentes de vários aspectos, de nossa visão de mundo, em primeiro lugar, e de como nós problematizamos dado segmento do real. Falsa questão é, assim, uma construção que, no entanto, pode ser contestada.

As questões ambientais podem ser equivocadas se a sociedade estiver ausente. Ou se o tratamento for inadequado, considerando relações entre natureza e sociedade apenas em sua aparência, ou com quadros teóricos ligados a escalas distintas daquelas de nosso estudo, ou ainda com base em interpretações

mecanicistas. Mas não é uma falsa questão, pois envolve a vida humana. Certamente não resolveria os graves problemas sociais, mas não é possível deixar de ocorrer catástrofes sociais em razão de desequilíbrios da natureza causados por uma sociedade injusta. Para os pobres, que ficam desabrigados, perdem o pouco que têm, parentes e amigos, a questão ambiental não é uma falsa questão. Pode ser para muitos de nós, que vivemos com toda segurança, mas não para os pobres, desempregados, subempregados e explorados pelo sistema social. São eles que pagam a conta dos problemas ambientais.

Em resumo, uma coisa é admitir a indissociabilidade das relações sociedade-natureza. Outra é admitir que estas relações não cobrem todas as possibilidades de investigação em Geografia. E, finalmente, no plano político a questão ambiental não pode ser uma falsa questão.

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Entrando um pouco na política. Qual a sua percepção e avaliação da reforma universitária proposta pelo governo Lula ou FMI?

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Não conheço bem a proposta e por isso não posso discuti-la. Vou dizer que qualquer reforma universitária está atrelada a um projeto social e sobre este projeto as perspectivas são de encaminhar para um novo tipo de sociedade. É isto que precisamos discutir. Que tipo de sociedade se quer? E para isto que universidade se quer?

Os problemas da universidade, no entanto, são muitos e vou discorrer sobre alguns deles.

Em primeiro lugar, a universidade não é constituída por um grupo homogêneo de pessoas. Os interesses são vários e muitos conflitam entre si. Para cada reforma haverá muitos que dela se aproveitarão, enquanto outros farão resistência a ela. Isto significa que qualquer reforma deve ser negociada permanentemente, especialmente no Brasil, onde é possível transformar ou mesmo adulterar qualquer proposta. Boa ou ruim, qualquer reforma universitária não se efetiva plenamente.

Em segundo lugar, há uma questão político-partidária que envolve a universidade, afetando a sua autonomia. É lamentável, mas, real, que os partidos políticos, da direita e da esquerda, queiram se apropriar da universidade. Isto, em um modelo eletivo dos principais cargos, leva a compromissos políticos e mesmo a um engessamento das administrações universitárias. É possível uma autonomia da universidade? É possível uma universidade pública, gratuita, de qualidade e autônoma?

EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS – Uma pergunta sobre os programas de pós-graduação. Que relações há entre a política de fomento dos cursos de pós-graduação pela CAPES e CNPq e a qualidade, crescimento e expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia?

ROBERTO LOBATO CORRÊA – Existe uma política extremamente liberal por parte dos órgãos de fomento. Política que é ratificada pelas universidades e pela comunidade de geógrafos. Esta liberalidade tende a se ampliar e se no primeiro semestre de 2005 há 29 cursos de mestrado em Geografia, em breve teremos 35-40 cursos.

A criação de novos cursos se faz apressadamente, com o mínimo formal para a criação de programas de mestrado. Cursos de doutorado também se espalharão em breve.

A questão que se coloca diz respeito à qualidade. Será que muitos dos cursos criados não deveriam investir mais na graduação – após ter 5 doutores em seus quadros – ou mesmo em uma pós-graduação *latu sensu* e, muito depois, criar um curso de Mestrado? Os orientadores são, em muitos casos, recém-doutores, sem experiência em pesquisa.

Os órgãos de fomento têm investido mais em congressos, encontros e simpósios do que em bibliotecas. O excessivo número de congressos tem, em realidade, esvaziado o conteúdo acadêmico dos mesmos, que se tornam repetitivos e de baixa qualidade. Mas são estimulados, agora com a adoção da política de pontuação. Aliás, tudo é contabilizado, menos a qualidade.

Esta é uma questão polêmica, e certamente muitos não concordarão com a minha posição. Discutir esta questão é difícil, pois os interesses constituídos levam à aceitação da explosão de cursos de mestrado em Geografia por toda a parte. E assim continuará até que ocorra uma implosão, que levará à explosão dos cursos de doutorado.

Saiba mais: www.ub.es/geocrit/lobato.htm